



MOÇÃO- REESTRUTURAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Defendemos a necessidade urgente de uma reestruturação do ministério da Agricultura, nos últimos 50 anos a estrutura do Ministério manteve-se praticamente inalterável quando nesse mesmo período houve uma grande evolução da agricultura e dos agricultores.

É fundamental a estrutura do Ministério da Agricultura evoluir de modo a poder agilizar e otimizar todos os apoios que provêm da comunidade europeia para proporcionar aos agricultores condições de competitividade.

A agricultura na europa é a única atividade que vive de ajudas diretas ao seu funcionamento pois é responsável pela alimentação de toda a população.

Todos os anos a agricultura nacional recebe cerca de 1.100 milhões de ajudas da PAC (Política Agrícola Comum), parte destes pagamentos (cerca de 700 milhões) são para as candidaturas (RPU e Ecoregimes). Estes 700 milhões são ajudas 100% comunitárias.

A juntar a esta verba todos os anos a agricultura portuguesa pode receber 400/500 milhões em programas ligados a:

- Investimento
- Leader
- Modernização das explorações
- Agroambientais

Deste pacote de 400/500 milhões 80% são pagos pela comunidade europeia e apenas 20% provêm do orçamento do estado.

É fundamental que a estrutura do Ministério da Agricultura funcione de forma a agilizar, a simplificar e a fiscalizar todas as candidaturas para assegurar que as ajudas cheguem em tempo real aos agricultores e assim assegurem o normal funcionamento da atividade agrícola e das que dela dependem.

Com o normal funcionamento do Ministério da Agricultura as candidaturas são efetuadas no período de Fevereiro a Maio, este ano 2023 só foi concluído em Outubro. Caso o ministério funcionasse bem as ajudas chegavam com rapidez aos agricultores.



Junta-se em anexo um quadro onde está espelhada a situação ao dia 31 de Outubro de 2023 onde se pode constatar a incapacidade do Ministério da Agricultura em aplicar os apoios oriundos da comunidade europeia em prol dos agricultores portugueses. O PDR 2014-2022 que no caso do nosso país tem uma tolerância de mais três anos para a aplicação integral dos fundos tem um valor total de 5.773.706,31 dos quais faltam executar 1.005.284,02 cerca de 17,4%. Estes fundos terão que ser aplicados obrigatoriamente até Junho de 2025 ou então perdem-se.

Presentemente o ministério da Agricultura perdeu o peso que em tempos teve dentro da estrutura governamental, sendo atualmente o último da escala de importância dentro do governo. Esta situação deve-se á política socialista que tem vindo sistematicamente a desvalorizar a agricultura e o Mundo Rural.

Nos últimos 8 anos saíram do Ministério da Agricultura:

- Floresta
- Água
- Bem-estar animal

Para além destas decisões também decidiram:

- Proibir o aumento da área de plantação do eucalipto
- Proibiram as ajudas ao investimento na zona do Alqueva

Fizeram da PAC um instrumento de política partidária, tomando decisões com o objetivo de captar votos.

Neste momento no nosso país não há uma política agrícola com objetivos claros bem definidos.

O maior golpe para acabar com o apoio à agricultura que foi dado nos últimos 50 anos foi a decisão do governo socialista em substituir as Direções Regionais da Agricultura pelas CCDRs, tomar uma decisão destas é não ter ideia de qual deve ser o papel do ministério da agricultura no funcionamento da atividade agrícola, é partidarizar as decisões.

Neste momento o IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas) já sente dificuldades para exercer as suas tarefas de contratar, verificar e validar, pois, estas tarefas exigem um conhecimento profundo da atividade para além de exigirem várias visitas ao campo.

Ao passar esta responsabilidade para as CCDRs vai fazer com que uma grande parte das candidaturas e projetos fiquem bloqueados por incapacidade de prestar o serviço necessário á sua implantação, por



consequente uma parte assinalável das verbas aprovadas fiquem por executar.

Avizinham-se novos desafios e Portugal deverá preparar-se para poder executar com eficácia os programas de apoio disponíveis para o sector agrícola para isso urge a reestruturação do Ministério da Agricultura a quem devemos exigir eficácia e prontidão nos seus serviços.

Devido á incapacidade do Ministério da Agricultura verificam-se os seguintes casos:

- Dinheiro das ajudas comunitárias tarda a chegar aos agricultores e não está a ser aplicado eficientemente
- O Ministério da Agricultura não teve praticamente nenhuma evolução estrutural nos últimos 50 anos
- As particularidades da agricultura regional são fortemente prejudicadas com a integração das Direções Regionais da Agricultura nas CCDRs
- A colocação da floresta no Ministério do Ambiente é colocar uma atividade económica num ministério com uma visão redutora que apenas se preocupa com a conservação
- Perca de capacidade negocial do Ministério da Agricultura dentro dos governos socialistas, o que origina cada vez menos peso do ministério dentro do governo o que significa que as verbas orçamentais destinadas á agricultura são cada vez menores.

Benavente, 2 de Janeiro de 2024

Moção da Distrital de Santarém

Apresentada por José Dotti militante nº 8504

PDR 2014-2022	Ponto de Situação - dados de 31 de Outubro de 2023					
	Valores em Euros					Valores em %
	Programação financeira PDR 2014 - 2022 (1)	Despesa Pública Paga entre 1/1/2015 e 31 de Outubro de 2023 (2)	Diferença entre o Programado e o Pago (3)	Despesa Pública Paga entre 1/1/2015 e 31 de Outubro de 2023 por mês (4)=(2)/106	Despesa Pública que falta pagar até final de Junho de 2025 por mês (5) = (3)/20	Despesa Pública que falta pagar até final de Junho de 2025 por mês (6) =(5)/(4)
A1 - Inovação e Conhecimento	57.883.419	51.193.691	6.689.727	482.959	334.486	-30,74%
A2 - Competitividade e Organização da Produção	1.913.950.860	1.452.793.957	461.156.903	13.705.603	23.057.845	68,24%
A3- Ambiente, Eficiência no uso de recursos e clima	3.327.917.681	2.934.402.627	393.515.054	27.683.044	19.675.753	-28,92%
A4 - M10 - Leader	273.976.890	173.462.923	100.513.967	1.636.443	5.025.698	207,11%
Assistência Técnica + Medida Covid + Medida Ucrânia + Reforma Antecipada	199.977.463	156.569.091	43.408.372	1.477.067	2.170.419	46,94%
Total PDR	5.773.706.313	4.768.422.289	1.005.284.024	44.985.116	50.264.201	11,74%

Fonte : AgPdr - Dados de 31 de Outubro de 2023